



FÓRUM DOS SERVIÇOS
Para uma especialização inteligente
da economia portuguesa

Apresentação do Estudo

“O Setor dos Serviços e os Desafios da Segurança Social”

A ADIPA esteve presente no encontro promovido pela CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal no âmbito do Fórum dos Serviços para apresentação do estudo “O Setor dos Serviços e os Desafios da Segurança Social” que se realizou no passado dia 21 de fevereiro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.



Na abertura do encontro o Presidente da Direção da ADIPA e da CCP, João Vieira Lopes, realçou a enorme importância com que a CCP encara a temática e em especial os seus efeitos na economia, razão pela qual foi realizado no seio do Fórum dos Serviços o referido estudo cuja apresentação acaba de se concretizar.

O Presidente do CES – Conselho Económico e Social, António Correia de Campos, interveio também na abertura dos trabalhos tendo feito um breve historial do sistema da Segurança Social que bem conhece, lembrando a propósito os trabalhos da Comissão a que presidiu e que resultaram na elaboração do Livro Branco da Segurança Social, trabalho de referência publicado em janeiro de 1998.





O responsável pelo estudo, Armindo Silva, Economista, procedeu à sua apresentação, tendo para o efeito e em primeiro lugar apresentado os principais motivos que presidiram à sua elaboração. Feitas estas considerações, apontou os principais objetivos do estudo no âmbito do qual é feito um amplo diagnóstico dos principais problemas que o sistema de Segurança Social enfrenta, nomeadamente, em termos de sustentabilidade financeira, adequação das prestações e equidade intra e intergeracional, e formulada uma proposta de trabalho fundamentada.

Como **Objetivos do Estudo** foram apresentadas as seguintes necessidades:

- 1 – Fazer o diagnóstico da sustentabilidade financeira e social da Segurança Social, em função das recentes reformas;
- 2 – Relançar o debate acerca da diversificação do modo de funcionamento de Segurança Social;
- 3 – Avaliar os efeitos esperados de medidas reformistas, incidindo em quatro áreas:
 - Base contributiva da TSU patronal,
 - Baixa da TSU sobre remunerações próximas do salário mínimo,
 - Diferenciação da TSU segundo o tipo de contrato,
 - Sistema de pensões complementares.

O setor dos Serviços tem especiais responsabilidades por ser o maior empregador e o maior contribuinte da Segurança Social

De seguida, foi debatido por um painel de representantes do mundo empresarial – Pedro Apolónio, da Patinter, Mariana Canto e Castro, da Randstat, Rui Brito Henriques, da RHmais, em modo de mesa redonda moderada por Raquel Martins, jornalista do jornal Público, as perspetivas e os enfoques de cada um dos representantes presentes sobre a problemática envolvente e as suas consequências futuras no âmbito da sustentabilidade do sistema de Segurança Social.





O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, procedeu ao encerramento dos trabalhos, após ter dissertado sobre os vários problemas que se colocam à sustentabilidade do sistema de Segurança Social e as várias perspetivas de solução para o seu equilíbrio, nomeadamente as que são apresentadas no estudo apresentado pela CCP, reconhecendo que o estudo realizado é um "contributo importante" numa perspetiva de longo prazo.

*** Destacamos as principais conclusões** que extraímos do referido estudo que se encontra dividido em três partes e ao longo das quais são abordadas, respetivamente, as seguintes temáticas fundamentais: O quadro internacional de reformas da Segurança Social; O sistema de Segurança Social português - desafios e reformas; Alternativas de reforma do sistema de Segurança Social na perspetiva do setor de serviços e das quais destacamos as seguintes:

No âmbito da 1.ª parte: “Sendo os desafios ao futuro da Segurança Social largamente comuns à escala global, o trabalho realizado pelas organizações internacionais – Banco Mundial, FMI, OCDE e OIT –, bem como pela União Europeia, fornece o enquadramento internacional indispensável para se compreender o caminho percorrido no nosso país em matéria de reformas da Segurança Social.

Em primeiro lugar, porque as suas análises transmitem muita da experiência adquirida por países que tiveram de fazer face a desafios semelhantes e que implementaram reformas que poderão servir de modelo de referência.

Em segundo lugar, porque o seu âmbito de atuação e recursos lhes permitem realizar exercícios prospetivos de natureza comparativa que são úteis para situar a realidade portuguesa no contexto internacional.

Finalmente, porque as suas recomendações têm servido de estímulo e orientação para as medidas reformistas adotadas pelos governos.”

“Com a Estratégia Europa 2020 a União Europeia passou a dispor a partir de 2010 de um mecanismo de monitorização e supervisão a posteriori das reformas no domínio dos sistemas de pensões, baseado em Recomendações Específicas por país cuja execução é avaliada anualmente.

Tais recomendações são baseadas num conjunto de princípios genéricos formulados em 2012 no Livro Banco sobre Pensões.

Para a UE, o aumento da taxa de emprego é a principal resposta estratégica a dar à questão da sustentabilidade dos sistemas de proteção social, e das pensões em particular. São porém igualmente necessárias reformas paramétricas que aumentem a idade efetiva de saída do mercado de trabalho, e reduzam os esquemas de reforma antecipada e outras vias de saída prematura do mercado de trabalho. A diversificação dos modelos de financiamento através do reforço dos sistemas complementares de pensões é uma necessidade em face da queda esperada dos níveis de adequação associados às pensões do futuro.”

No âmbito da 2.ª parte: “Porém, a análise do sistema público contributivo de pensões, integrando todas as responsabilidades assumidas pelo Estado não só em relação ao regime geral como também em relação ao chamado regime convergente da função pública, deixa transparecer um significativo problema de desequilíbrio nas necessidades de financiamento cuja dimensão em muito ultrapassa o montante das transferências anuais extraordinárias do OE.

Podemos, assim, concluir que os desafios de natureza estrutural à sustentabilidade financeira do sistema, e em primeiro lugar os que decorrem do envelhecimento demográfico, não se colocam apenas num plano futuro mas já como um desafio do presente, que se traduz pela contribuição muito significativa do Estado para o financiamento do sistema contributivo de pensões, que ascendeu em 2016 a cerca de 8,3 mil milhões de euros, o que representa mais de 2/3 do montante arrecadado em contribuições e 4,5% do PIB, sem contar com a transferência extraordinária para suprir o défice do sistema previdencial.”

“O Ageing Report de 2015, publicado pela Comissão Europeia, projeta um saldo negativo do sistema contributivo de pensões próximo dos 4% por volta de 2030. O relatório de sustentabilidade publicado pelo XXI Governo, de longe o mais optimista entre os estudos analisados, prevê um défice contínuo do sistema previdencial que ultrapassará 1% do PIB na década de 40. As necessidades de financiamento daí resultantes são de dimensão tal que não poderão ser satisfeitas pelo Fundo de Estabilização, o qual está ainda longe de atingir a meta prevista na sua origem.”

“Com base nos resultados das projeções disponíveis, incluindo os proporcionados pelo presente estudo para o setor dos serviços, podemos concluir que o valor relativo das pensões do regime geral relativamente aos salários deverá conhecer uma redução progressiva e generalizada ao longo das próximas décadas.

Em Portugal esta redução das taxas de substituição será mais acentuada do que na grande maioria dos países da UE, fazendo a taxa média cair de de 57.5% em 2013 para 30.7% em 2060 e fazendo Portugal descer abaixo da média da UE. O valor relativo das pensões será fortemente condicionado por três fatores: a duração da carreira contributiva, o nível de remunerações e a escolha do momento de passagem à reforma.”

No âmbito da 3.ª parte: “Dada a importância do setor de serviços enquanto contribuinte do sistema de Segurança Social, e a sua importante posição no conjunto da economia, justifica-se uma atenção particular ao modo como o sistema poderá ser financiado no futuro de modo a assegurar a sua sustentabilidade, sem que isso se reflita por um aumento desproporcional do esforço contributivo das empresas de serviços e dos seus colaboradores. Quatro questões se salientam pela sua acuidade na perspetiva do setor de serviços:

1. Como se pode tornar o financiamento do sistema de Segurança Social simultaneamente mais justo, mais amigo do emprego e mais sustentável?
2. Como se pode continuar a garantir uma política ambiciosa de salário mínimo sem comprometer a competitividade e o emprego?
3. Como repartir de modo mais justo o custo social do desemprego sem comprometer a necessária flexibilidade da contratação individual?
4. Como garantir reformas de nível adequado aos trabalhadores dos serviços através de uma utilização mais abrangente dos regimes de capitalização? ”

“Entre os modelos alternativos de financiamento do sistema previdencial, merece especial atenção o que consiste no alargamento da base de incidência da TSU ao Valor Acrescentado Líquido. Isso permitiria reduzir de modo substancial a taxa que incide sobre as remunerações, sendo as respetivas receitas compensadas de modo fiscalmente neutro por uma taxa incidindo sobre o VAL criado por cada empresa de que se deduziria o montante pago pelas empresas sobre as remunerações. Por exemplo, uma baixa de 10 pontos percentuais da atual TSU sobre as remunerações poderia ser compensada integralmente por uma taxa de 5,4% sobre o VAL.

Esta reforma do modelo de financiamento apresenta quatro vantagens principais:

- Uma maior neutralidade da fiscalidade em relação à combinação de fatores de produção, em comparação com o sistema atual, que favorece as empresas que empregam pouca mão-de-obra e muito capital. Em resultado do novo modelo, a maioria dos setores e das empresas do setor de serviços veriam diminuídas a respetiva carga contributiva, assim como a generalidade das pequenas e médias empresas.
- Um efeito favorável sobre o emprego por via da substituição do capital por trabalho (ou pelo menos um abrandamento da tendência de substituição), e daí um crescimento mais rico em emprego. A redução de 10 pontos percentuais da TSU provocaria uma redução do custo médio do trabalho da ordem dos 8%, que poderia promover a criação líquida de 200 mil novos empregos no curto prazo.
- Uma evolução da base tributária mais dinâmica, na medida em que evoluiria a um ritmo mais próximo do PIB, e não estaria tão dependente da evolução da massa salarial.

- Uma menor volatilidade das receitas contributivas em função do ciclo económico, pois passariam a depender não só das remunerações como também dos rendimentos do capital incluído no VAL.

Em contrapartida, devemos reconhecer que esta solução apresenta alguns riscos *a priori*:

- Um risco de desincentivo do investimento privado nos setores mais penalizados pelo novo modelo em virtude da redução da rendibilidade do capital, caso não seja possível transferir para o consumidor o efeito de aumento dos custos de exploração. Porém, é de salientar que os resultados das simulações *ex ante* sugerem impactos relativamente modestos em termos de rendibilidade do capital. Por exemplo, uma contribuição sobre o VAL de 5,4% não faria diminuir o Excedente Bruto de Exploração em mais do que 2,7%, ao nível setorial.
- Um risco de evasão fiscal, por ser o Valor Acrescentado um agregado mais difícil de controlar fiscalmente do que a massa salarial. No entanto, trata-se de um problema mais geral que afeta também a coleta em sede de IRC, e que pode ser minorado por um reforço da coordenação entre autoridades tributárias e da Segurança Social.
- Um risco de reação negativa concertada assente na lógica de lobbys, pelo fato de os maiores encargos contributivos recaírem sobre um pequeno número de setores e de empresas de grande dimensão. “

“Justifica-se por isso um esforço sério de investigação no sentido de determinar qual o modelo de financiamento da Segurança Social que melhor poderá corresponder no futuro aos desafios da sustentabilidade financeira, do emprego e da justiça fiscal.”

* *In estudo “O setor dos serviços e os desafios da Segurança Social”, de Armindo Silva.*

Este estudo pode ser consultado na íntegra através do seguinte link

http://docs.wixstatic.com/ugd/62f64c_cb17de89ec574c7d8889672c408e5d6b.pdf

Novos Órgãos Sociais da CCP Mandato de 2018 – 2021

Tomada de posse

No dia 22 de março de 2018 realizou-se na Fundação Oriente, em Lisboa, a cerimónia da tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da CCP eleitos em assembleia-geral de 16 de março.

Estiveram presentes o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, Paulo Alexandre Ferreira, e o Secretário de Estado do Emprego, Miguel Filipe Cabrita e também do Presidente do CES - Conselho Económico e Social, António Correia de Campos.



O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CCP, Fernando Lopes Cardoso, procedeu à abertura da sessão, que contou com a presença dos referidos representantes do Governo que homenagearam os novos Órgãos Sociais da CCP e que na pessoa do Presidente da Direção da CCP, João Vieira Lopes, felicitaram, augurando-lhes o desempenho de um novo mandato pleno de êxito, dando continuidade ao trabalho que a CCP tem vindo a desenvolver com reconhecido sucesso ao longo dos últimos anos.

O Presidente da Direção da CCP, João Vieira Lopes, no ato da tomada posse do cargo para o novo mandato 2018-2021.



O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CCP, Fernando Lopes Cardoso, cumprimenta o recém eleito Presidente da Direção.

O Vice-Presidente da Direção da CCP, Carlos Alberto Moura, no ato da tomada de posse do cargo para o novo mandato 2018-2021.



O Presidente da Direção da CCP agradeceu a confiança de todos os que deram aos novos Órgãos Sociais eleitos mais esta inequívoca manifestação de vontade para prosseguirem a ação que a CCP vem desenvolvendo.

Na sua intervenção de fundo abordou diversos aspetos relacionados com a evolução da economia, a recapitalização das empresas, a qualificação dos trabalhadores.



Para este mandato, o Presidente da CCP recém-eleito destacou entre outros os seguintes pontos:

- Economia do Valor Acrescentado – Um novo modelo para a economia,
- Digitalização do Comércio e Serviços como forma de enfrentar os novos desafios da evolução da atividade,
- Concertação Social como elemento estruturante para a implementação dos acordos nas mais diversas áreas de intervenção com uma base ampla e consensual entre os parceiros sociais,

Falou ainda de outros temas que, seguramente irão merecer toda a atenção da CCP, nomeadamente ao nível da produtividade, mencionando para o efeito um conjunto de aspetos condicionantes, nomeadamente:

- Fiscalidade – Atualmente a fiscalidade sobre as empresas é bastante pesada e em especial sobre as micro e pequenas empresas, havendo, por exemplo, que procurar reduzir as tributações autónomas atuais e que elevam bastante a carga fiscal;
- Qualificações – Referiu a necessidade de Portugal colmatar o atual défice de Qualificações;
- Legislação Laboral – Considera que a legislação laboral atual é equilibrada e resultou de amplos acordos ao nível da Concertação Social e onde imperou o bom senso por parte das Confederações Patronais, motivo pelo qual considera não haver razões que justifiquem a sua alteração. Por estas razões a CCP não se encontra disponível para aceitar alterações legislativas neste âmbito, já que o quadro da legislação laboral se encontra perfeitamente estabilizado.

Finalmente, referindo-se ao movimento associativo, salientou o facto de em Portugal este se encontrar demasiado atomizado (constituído por mais de setecentas associações, facto que acaba por condicionar e retirar peso negocial). Nesta matéria é urgente promover esforços de união e trabalho em conjunto.

A CCP, como referiu, é uma organização muito resiliente e esteve sempre disponível, e está disponível, para trabalhar com todos os Governos, numa base de total independência.

A terminar dirigiu uma mensagem de confiança ao setor do Comércio e Serviços, que a CCP representa na certeza de que os membros dos Órgãos Sociais ora eleitos tudo farão para dignificar os setores económicos representados.



Coube ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, felicitar os novos Órgãos Sociais tendo de seguida feito uma apreciação sobre os diversos assuntos que preocupam a CCP e as empresas que representa, focando-se especialmente nos temas que o Presidente da CCP abordou relevando, por fim, a importância dos contributos que a Confederação tem apresentado ao Governo no âmbito das reuniões da Concertação Social.

A terminar a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CCP, Fernando Lopes Cardoso, leu a mensagem que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República dirigiu à CCP, do seguinte teor:

“ *O Presidente da República*

**Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República
por ocasião da tomada de posse dos Órgãos Sociais da Confederação do
Comércio e Serviços de Portugal - CCP**

Lisboa, 22 de Março de 2018

O Presidente da República saúda a CCP no momento em que os seus novos Órgãos eleitos tomam posse, fazendo votos de bom sucesso do mandato que agora se inicia.

O Presidente da República deixa uma palavra de agradecimento a todos quantos cessaram as suas funções depois de anos de dedicado serviço ao associativismo empresarial e que abraçarão, a partir de hoje, novos desafios, bem como as mais sinceras felicitações a todos os que assumem responsabilidades para o quadriénio 2018/2022.

Sei que todos estão cientes da especial responsabilidade que lhes é incumbida por pertencer a uma Confederação como a CCP e que os valores e princípios que sempre regeram a sua atividade continuarão a ser preservados.

Um parceiro social que não apenas sempre soube assumir uma postura aberta de diálogo e de construção de compromissos, mas que se manteve fiel a si próprio e aos seus associados, não deixando de espelhar na sua intervenção e na própria composição dos seus órgãos a sua diversidade, na medida em que representa muitos e variados

O Presidente da República

setores da nossa economia e os interesses, nem sempre facilmente compatibilizáveis, de empresas de todas as dimensões.

Os parceiros sociais têm tido, e certamente continuarão a ter, um papel determinante para o aprofundamento da democracia portuguesa.

Tal pressupõe certamente a promoção de condições que garantam um reforço dos parceiros sociais e da realização dos seus fins. Mas tal exige também um empenho e uma intervenção constante e construtiva por parte de todos na valorização do diálogo e da concertação social, quer nos momentos em que os consensos se afiguram fáceis quer quando os mesmos são menos fáceis de atingir.

A CCP sabe que pode contar com a permanente atenção solidária do Presidente da República e o Presidente da República sabe que poderá contar com a CCP para que continue a ser, como sempre o foi, um parceiro responsável e ativo na defesa dos seus associados e na promoção de um desenvolvimento para Portugal que se quer cada mais sustentado, justo e equitativo.

Marcelo Rebelo de Sousa

Lisboa, 21 de Março de 2018

A ADIPA esteve também presente na cerimónia tendo tido o ensejo de expressar ao Presidente da Direção da CCP eleito, João Vieira Lopes, sinceros votos de muito sucesso no desempenho do novo mandato ao leme daquela importante estrutura empresarial de representação do comércio e serviços.

Estiveram igualmente presentes muitas outras individualidades bem como inúmeros representantes do meio associativo em geral e representantes de organizações sindicais.

Adesão de estabelecimentos grossistas e centrais de compras à medida “Portugal Sou Eu”



Adesão gratuita até ao final de março.

Nota-se que **foi alterado para 31 de março de 2018** o prazo para as empresas procederem à adesão de “**Estabelecimento Aderente**” no âmbito do referido programa, com **benefício de isenção total de custos de adesão**.

Para a adesão ou outras informações mais específicas, devem entrar em contacto com a **Dr.ª Sara Pasadas**, representante da CCP no Órgão Operacional do referido programa, pelo **telefone 213031380** ou através do e-mail **ccp@portugalsoueu.pt**

(vide circular da ADIPA n.º 69/2017)